



Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Licenciatura em História
Departamento de História

Pedro Lucas Souza Fradique

INDÍGENAS EM PERNAMBUCO NA GUERRA DO PARAGUAI

Recife

2023

**Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Licenciatura em História**

Pedro Lucas Souza Fradique

INDÍGENAS EM PERNAMBUCO NA GUERRA DO PARAGUAI

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Curso de Licenciatura em
História da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial para a
obtenção do título de Licenciado em História.
Orientador:
Prof. Dr. Edson Hely Silva

Recife
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

FRADIQUE, Pedro Lucas Souza.

Indígenas em Pernambuco na Guerra do Paraguai / Pedro Lucas Souza
FRADIQUE. - Recife, 2023.
48 p.

Orientador(a): Edson Silva

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, História - Licenciatura,
2023.

1. Indígenas. 2. Guerra do Paraguai . 3. Indígenas do Nordeste. 4.
Pernambuco . 5. História Indígenas. I. Silva, Edson. (Orientação). II. Título.

990 CDD (22.ed.)

Pedro Lucas Souza Fradique

INDÍGENAS EM PERNAMBUCO NA GUERRA DO PARAGUAI

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Curso de Licenciatura em
História da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial para a
obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador:

Prof. Dr. Edson Hely Silva

Aprovado em: 31/05/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edson Hely Silva (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Rômulo Luiz Xavier do Nascimento (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Mariana Albuquerque Dantas (Examinadora Externa)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Recife

2023

RESUMO

O presente texto foi o resultado de uma pesquisa historiográfica buscando analisar o conflito ocorrido entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870), conhecido no Brasil como Guerra do Paraguai, e no Paraguai como Guerra Grande, Guerra del 70 e Guerra de la Triple Alianza, foi apontado pela historiografia brasileira como o conflito militar mais sangrento das Américas. A Guerra do Paraguai é um tema discutido nos últimos anos, a partir de novas abordagens utilizadas por vários/as pesquisadores/as. Com novos pontos de vista em relação à Guerra, como por exemplo a participação de diversos grupos sociais como os indígenas, negros, entre outros, ou seja, uma “história vista de baixo”, pois a história daquele conflito por muito tempo foi analisada nas perspectivas dos militares de altas patentes ou por pessoas ocupando cargos no governo na época. A Guerra do Paraguai foi vista como divisor de águas na história da região platina, não apenas nas trajetórias dos estados-nação como Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, mas também na formação histórica e sociocultural de povos indígenas participantes no conflito, como os Guaraní, os Kadiwéu, os Kaiowá, os Terena, os Xukuru, Wassú, os Fulni-ô, entre outros.

Palavra-chave: Indígenas, Guerra do Paraguai, Indígenas no Nordeste, Pernambuco, História Indígenas.

ABSTRACT

This text was the result of a historiographical research seeking to analyze the conflict between Paraguay and the Triple Alliance (1864-1870), known in Brazil as Guerra do Paraguai, and in Paraguay as Guerra Grande, Guerra del 70 and Guerra de la Triple Alianza, was pointed out by Brazilian historiography as the bloodiest military conflict in the Americas. The Paraguayan War is a topic discussed in recent years, based on new approaches used by several researchers. With new points of view in relation to the War, such as the participation of various social groups such as indigenous peoples, blacks, among others, that is, a “history seen from below”, since the history of that conflict was analyzed for a long time in the perspectives from senior military personnel or by people holding government positions at the time. The Paraguayan War was seen as a watershed in the history of the platinum region, not only in the trajectories of nation-states such as Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay, but also in the historical and sociocultural formation of indigenous peoples participating in the conflict, such as the Guaraní, the Kadiwéu, the Kaiowá, the Terena, the Xukuru, Wassú, the Fulni-ô, among others.

Keywords: Indigenous people, War of Paraguay, Indigenous people in the Northeast, Pernambuco, Indigenous History.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Odin e a todo panteão nórdico, pela minha vida, e por me possibilitar ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste estudo.

Gostaria de agradecer aos meus pais e irmã, que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à elaboração deste texto. E a minha mãe/avó, que é minha base. Todos me ensinaram muito do que eu sei e do que eu sou, são minha inspiração, e sem os mesmos eu jamais teria chegado até aqui.

Agradeço a todos os professores de História no Colégio de Aplicação, Edson Silva, Márcio Vilela, Pablo Porfirio, Karlene e Diego Carvalho por me proporcionarem o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender. Também meu agradecimento ao Diretor do Colégio de Aplicação, professor Erinaldo Ferreira.

Também gostaria de agradecer a Levi, o Secretario do Departamento de História, sempre me ajudando e foi essencial no meu processo de formação profissional.

Aos meus professores da graduação, que me apresentaram ao mundo da historiografia e me ensinaram grande parte do que eu sei hoje.

Quero agradecer a uma pessoa muito querida e especial, Ana Karoline da Silva, que por causa de sua insistência optei em fazer o curso de Licenciatura em História. Obrigado por todos os conselhos úteis, bem como palavras motivacionais e “puxões de orelha”. As risadas compartilhadas durante esses momentos, também me ajudaram a passar os dias. Obrigado por tudo.

Agradecimento especial ao professo e orientador Edson Silva e a professora Penha. Vocês são os professores mais incríveis que algum dia eu conheci e por isso eu quero agradece-los. Principalmente por terem ajudado na minha formação como professor. Mais do que aquelas pessoas que transmitem conhecimento na sala de aula, vocês criam empatia com os alunos!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 AS VÁRIAS HISTORIOGRAFIAS SOBRE A GUERRA DO PARAGUAI	10
1.1 A historiografia tradicional	10
1.2 A historiografia revisionista	12
1.3 A historiografia neo-revisionista	15
2 OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA E O RECRUTAMENTO FORÇADO	20
2.1 A imagem do soldado antes da Guerra	20
2.2 O Corpo de Voluntários da Pátria	22
2.3 O recrutamento forçado	25
3 INDÍGENAS NA GUERRA DO PARAGUAI	30
3.1 Motivações para a participação de indígenas	30
3.2 O recrutamento Indígena	32
3.3 Indígenas em Pernambuco e Alagoas na Guerra do Paraguai	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	44

INTRODUÇÃO

O conflito ocorrido entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870), conhecido no Brasil como Guerra do Paraguai, e no Paraguai de Guerra Grande, *Guerra del 70* e *Guerra de la Triple Alianza*, foi apontado pela historiografia brasileira como o conflito militar mais sangrento das Américas. A Guerra do Paraguai (GP) foi vista como divisor de águas na história da região platina, não apenas nas trajetórias dos estados-nação como Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, mas também na formação histórica e sociocultural de povos indígenas participantes no conflito, como os Guarani, Kadiwéu, Kaiowá, Terena, Xukuru, Wassú, Fulni-ô, entre outros.

A GP é um tema discutido nos últimos anos, a partir de novas abordagens utilizadas por vários pesquisadores. Novos pontos de vista em relação à Guerra, como por exemplo a participação de diversos grupos sociais como os indígenas, negros, entre outros, ou seja, uma “história vista de baixo”, pois a história daquele conflito por muito tempo foi analisada nas perspectivas dos militares de altas patentes ou por pessoas com altos cargos no governo naquela época. A partir disso o presente estudo visa compreender a atuação dos povos indígena durante o conflito.

A motivação para estudar os povos indígenas, surgiu durante as discussões realizadas no Curso de História, na Universidade Católica de Pernambuco, na cadeira História e Cultura dos Povos Indígenas. E também após o contato com o professor Edson Silva na UFPE. O referido docente, sugeriu o tema de pesquisa acerca da participação dos indígenas em Pernambuco na Guerra do Paraguai.

A partir das indicações, iniciei as leituras e pesquisas preliminares sobre a participação de indígenas na GP. Buscando compreender melhor as relações dos nativos na Guerra e os significados delas, como também as formas de recrutamentos e as formas de resistência indígenas para evitar a participação no conflito. Discutindo a partir das novas abordagens sobre a Guerra do Paraguai a importância das participações dos povos indígenas na Região Nordeste. Dessa forma visibilizando esses povos, que durante muito tempo não foram somente excluídos da história da GP, mas também foram suprimidos da História do Brasil.

Para os resultados e respostas acerca dos objetivos, foi realizada uma análise de algumas obras selecionadas para esse estudo, buscando ressaltar melhor a participação de indígenas na GP. O estudo proposto nesta monografia será

fundamentado em ideias e pressupostos teóricos apresentando significativa importância na definição e construção dos conceitos discutidos nas obras “Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai”(2022), “Pernambuco e a Guerra do Paraguai: o recrutamento e os limites da ordem”(2000) e “Dimensões da participação política indígena: Estado nacional e revoltas em Pernambuco e Alagoas”(2018), entre outras obras, além de artigos e textos selecionados para essa pesquisa. Portanto, o estudo ocorreu a partir das leituras dos citados autores com as novas abordagens sobre a GP, evidenciando a participação de indígenas no conflito.

Os questionamentos brevemente apresentados nessa introdução, foram organizados a longo do texto da seguinte maneira: no primeiro capítulo, “As várias historiografias sobre a Guerra do Paraguai”, sendo discutidas as fases da historiografia do conflito e as mudanças ocorridas ao longo do tempo. Como o abandono das ideais positivistas na chamada historiografia tradicional e presente nas primeiras obras sobre a Guerra e também na fase revisionista do conflito. E a fase neo-revisionista iniciada no século XX, com novos estudos a partir de outras camadas da sociedade participantes na GP, como os indígenas. Apresentando assim uma nova perspectiva mais específica do *front*.

No segundo capítulo, “Os Voluntários da Pátria e o recrutamento forçado”, foram tratados os Corpos de Voluntários da Pátria e como ocorria o recrutamento forçado. Nos primeiros anos da GP a euforia patriótica estava bastante presente na sociedade Imperial da época, várias pessoas se alistaram de forma voluntárias para a GP. Mas, com o prolongamento do conflito a euforia patriótica foi diminuindo e também a quantidade de alistamentos para a Guerra. Como a GP estava longe de acabar, o exército brasileiro ficaria com defasagem de contingente, então se fez necessário o uso da força para recrutar os soldados destinados à Guerra.

No terceiro capítulo, “Indígenas na Guerra do Paraguai”, foi discutido como ocorreu a participação dos indígenas no conflito. Evidenciando de quais regiões do Brasil vieram e se participaram à força ou de forma voluntaria. Também comentando sobre a participação de alguns povos e quais motivações para os indígenas participarem no conflito. A pesquisa realizada foi um estudo bibliográfico, baseado em leituras de livros, dissertações e textos sobre a GP, sobretudo aqueles abordando a participação de indígenas no conflito, especificamente nativos habitantes em Alagoas e Pernambuco.

CAPÍTULO I

AS VÁRIAS HISTORIOGRAFIAS SOBRE A GUERRA DO PARAGUAI

1.1 A historiografia tradicional

A historiografia tradicional¹ foi muito popular até a década de 1960, tinha um caráter mais simplório, estabelecendo a culpa de todo conflito no desejo expansionista territorial de Solano Lopez, e dessa forma outras situações e acontecimentos importantes ocorridos neste período fossem desconsiderados. Como por exemplo a participação de indígenas, negros, mulheres e até mesmo crianças, que não foram citados pela historiografia tradicional sobre Guerra do Paraguai (GP).

Mas, os/as historiadores/as tradicionais não foram os primeiros a propagar essa forma de pensamento sobre a Guerra do Paraguai. Considerando que a História nos cursos de nível superior, possibilitando a formação da profissão de historiador, somente surgiu no Brasil em 1930, sendo jornalistas e advogados, sobretudo, outros profissionais liberais os escritores de obras com grande relevância para a historiografia brasileira antes desse período, e mesmo depois dele.

Nessa questão, Maestri afirmou:

A narrativa memorialista sobre a guerra contra o Paraguai foi produzida em geral por oficiais e profissionais liberais que participaram da guerra, sem grandes informações sobre suas razões profundas, sobre o Paraguai e sua sociedade e, não raro, sobre o próprio Império, uma entidade na época sobretudo política, devido à sua fortíssima regionalização (MAESTRI, 2009, p. 3).

Neste primeiro momento as escritas com caráter historiográfico foram as narrativas memorialísticas-patrióticas dos combatentes do que à análise histórica propriamente dita. Muitas vezes, a interpretação prevalecendo nessas narrativas era que o Governo do Paraguai provocou a Guerra e foi responsável pelo conflito. Isso porque, segundo essa visão, foi esse governo que invadiu o Império brasileiro. Essa forma interpretativa da história avançou até o final do Império, e durou por grande

¹A historiografia tradicional, de influência positivista tinha um apego formal ao documento escrito. Essa tradição, marcou boa parte da produção historiográfica do século XX. Essa escola historiográfica está relacionada à constituição do conhecimento histórico como científico, sendo duramente criticada, mas, ao mesmo tempo, sendo esse movimento de criação da área como existe hoje. (BARROS, 2005, p.1).

parte do período republicano, culpando como responsável pelo conflito o Presidente paraguaio Francisco Solano López.

As primeiras versões oficiais foram promovidas pelo Exército Brasileiro, tendo como principal tendência apresentar o Brasil como o glorioso vencedor da Guerra. Essas pesquisas privilegiaram, estratégias de guerra e o engrandecimento dos comandantes militares como Duque de Caxias e Conde d'Eu. É importante ressaltar que esse era o momento quando a escrita da História estava focada nos considerados grandes homens e nos chamados heróis nacionais. Nesse ponto de vista, percebemos, de maneira mais destacada, a questão da identidade nacional enraizada nas narrativas destas vertentes historiográficas. Sendo os principais autores abordando o conflito dessa forma: Pelhan Pedro Box (1927), Tasso Fragoso (1937), Spalding (1940), Cardozo (1949) e Teixeira Soares (1955).

Os primeiros textos publicados sobre a GP, do final do século XIX e início do século XX, bem como em estudos paraguaios mais recentes, apresentam uma problemática: a imparcialidade. Tanto na historiografia brasileira quanto na dos outros países participantes no conflito, havia sempre um tratamento melhor para o país de origens da pesquisa. Como o exemplo da historiografia brasileira quase comumente citando Solano López como o vilão anti-imperialista culpado por iniciar a Guerra do Paraguai:

Ficou claro que, desde o final da guerra, em 1870, a historiografia tradicional brasileira reduziu a importância do aliado argentino para a vitória sobre Solano López e minimizou, quando não esqueceu, importantes críticas à atuação de chefes militares brasileiros no conflito. Em compensação, ficou evidente que Francisco Solano López era um ditador quase caricato de um país agrícola atrasado, autor de erros militares que custaram a vida de milhares de seus valentes soldados, mas que foram motivo de suspeito silêncio de seus futuros admiradores, os revisionistas históricos. (DORATIOTO, 2022, p.22).

As dissertações sobre a GP também eram excludentes, quase negando e silenciando a presença dos diversos participantes nesse grande acontecimento histórico na segunda metade do século XIX. Como a participação de indígenas, escravizados, mulheres, crianças, muitos prisioneiros, mendigos, desocupados e empobrecidos alistados à força como integrantes dos Voluntários da Pátria somente para completarem as tropas no *front*.

Sendo importante considerar que a primeira obra escrita sobre o conflito superando de certa forma a exaltação ao Exército não foi escrita depois de 1960, mas em 1870. Com o livro “A Retirada da Laguna”, Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle

Taunay, também conhecido como Visconde de Taunay, um escritor, militar e político do Império brasileiro que participou ativamente do conflito no Paraguai.

Durante três anos, Taunay permaneceu na região do Planalto Central, tendo se tornado o maior contribuinte na “Retirada da Laguna”. Em meados de 1868 retornou ao Rio de Janeiro e em 1869 foi convidado pelo Conde d’Eu, comandante brasileiro em operação no Paraguai, para escrever um “Diário do Exército”, que em 1870 tornou-se livro e em 1871 foi publicado por ordem do governo brasileiro. A primeira versão a ser publicada do livro é em francês e posteriormente traduzida e publicada em português por Afonso, filho do Visconde.

O conteúdo da obra revelou cenários negando o discurso militarista comum nas escritas, referidas, da época. Foi uma operação arriscada e mal planejada, decidida por oficiais sedentos por reconhecimento e com vários medos, suicídio, indisciplina e deserção, abandono de combatentes doentes e saques ocorrendo entre os próprios lutando juntos no *front*. (LEITE, 2021, p.1)

Mas, mesmo superando a exaltação ao Exército, ainda não foram citados os indígenas, negros dentre outros por uma historiografia excludente e voltada para a elite branca da época. Considerando que esses grupos participaram de forma bem ativa na GP, obrigados ou com motivações específicas para participarem do conflito.

A exemplo a participação dos povos indígenas, convocados para completar o contingente do Exército Brasileiro no conflito. Muitos indígenas foram para as batalhas por recrutamento forçado, ou como forma de garantir a liberdade da prisão por estarem condenados pela Justiça, acusados de perturbarem a ordem pública vigente como ocorria com certa frequência com as populações indígenas, ou ainda pela promessa de receber as terras invadidas como recompensa pela participação na Guerra.

Os diferentes grupos sociais citados foram ignorados pelas narrativas memorialísticas-patrióticas e depois de 1930 pelos/as historiadores/as tradicionais somente visando os heróis de guerra ou os considerados grandes homens. Que nunca pisaram nas trincheiras ou ficavam emitindo ordens de longe, de onde estavam ocorrendo os confrontos, as batalhas. Ignorando a “história vista de baixo”, a história do ponto de vista de um soldado raso de onde seria possível conhecer o que acontecia no *front*. (SHARPE, 1992).

1.2 A historiografia revisionista

No final do século XIX e início do XX surgiram ideias discordando da historiografia tradicional. No Brasil, os/as historiadores/as positivistas, filosofia contrária ao regime monárquico de governo, passaram a responsabilizar o Império brasileiro pelo início da Guerra. (DORATIOTO, 2022.). Durante o mesmo período no Paraguai surgiu o revisionismo sobre Solano López, que ficou conhecido como lopizmo, movimento a favor do líder paraguaio, com grande repercussão, ao interpretar as contradições, principalmente da historiografia popular “dos vencidos” com as narrativas oficiais dos “vencedores” e das classes liberais paraguaias. Esse movimento tinha como objetivo “reconstruir” a imagem de López para apresentá-lo como estadista e grande chefe militar.

Mas, essa historiografia foi motivada por ideais financeiros e adotada por uma sequência de ditadores paraguaios: Rafael Franco (1936-7) que a oficializou; Higinio Morínigo (1940-8) fortalecendo-a e Alfredo Stroessner (1954-89) transformando-a em ideologia oficial do Estado, justificativa para mandar prender e exilar aqueles/as contrários a essa ideologia. Esse período da história do Paraguai ficou conhecido como ditadura Lopizta e contribuiu para construir a opressão dos cidadãos paraguaios, ao dar suposta legitimidade aos regimes de três governantes.

E no final de 1960 alguns pensadores nacionalistas e de esquerda no Rio da Prata promoveram Solano López a líder anti-imperialista. Esse revisionismo que, com o tempo, desabou para posturas populistas, apresentando o Paraguai pré-guerra como um país progressista, onde o Estado teria proporcionado a modernização do país e o bem-estar da população, fugindo à inserção na economia capitalista e à subordinação à Inglaterra. (DORATIOTO, 2022.). Sobre a comoção causada pela historiografia, especificamente no que diz respeito ao suposto desenvolvimento do Paraguai, Doratioto escreveu:

A interpretação imperialista apresentava a sociedade paraguaia do pré-guerra como avançada, liderada por Francisco Solano López, governante autoritário, mas preocupado com o bem-estar do seu povo. Nada mais distante da realidade. O Paraguai tinha uma economia agrícola, atrasada; nela havia escravidão africana, embora diminuta, e López era movido apenas pela lógica de todos os ditadores, a de se manter no poder (DORATIOTO, 2004, p. 18).

Em 1970 na Itália foi publicado o livro “Il Napoleone del Plata”, do jornalista Manlio Canvognio e do historiador Ivan Boris, sendo traduzido para o Português em 1975. Foi o primeiro estudo revisionista com uma extensa divulgação no Brasil. Nesse livro os autores ressaltaram o desenvolvimento ocorrido no Paraguai a partir da

propriedade pública de grande parte das terras do país, arrendadas aos camponeses. E o monopólio do comércio exterior, facilitando a relativa modernização, apesar da relativa pobreza.

Destacando-se que na orelha da publicação italiana, com escassa repercussão no Brasil, o editor Ênio Silveira descreveu Solano López como o líder do povo, um líder brilhante e corajoso, um patriota paraguaio buscando a efetiva independência nacional contra a oligarquia servindo ao então dominante imperialismo britânico presente na época.

Todavia, nessa abordagem revisionista sobre a GP dois nomes tiveram relativo destaque: o historiador argentino León Pomer (1980) e o jornalista brasileiro José Júlio Chiavenatto (1983). Em 1968, Pomer publicou em Buenos Aires o livro “La Guerra del Paraguay – gran negocio!”, somente traduzido para o Português em 1980, com o título: “A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rio-platense” (SALLES, 2015). E no Brasil em 1979, Chiavenatto publicou “Genocídio americano”, livro seguindo a mesma perspectiva de León Pomer. O historiador Doratioto, apontou que a obra de Chiavenatto é uma simplificação das leituras do historiador argentino.

Na visão dos autores argentino e brasileiro, o Paraguai foi retratado como um país independente com grande desenvolvimento social e material, por isso forçado a se render à violência imperialista. De forma contrária, o Brasil e a Argentina dependiam do comércio, da entrada de recursos pecuniários e de tecnologias inglesas. Nesse sentido Leon Pomer escreveu: “é evidente que o capital britânico possibilitou a guerra e o extermínio de um modelo de regime econômico e político incompatível com as grandes correntes de interesses e de ideias”. (1995, p.113).

A problemática dessa interpretação apresentada por Pomer e Chiavenatto, segundo Doratioto foi buscar fatores externos para explicar a GP e desistoricizar a América Latina. Impondo limites à capacidade Paraguaia de travar uma guerra. Ainda desse ponto de vista, as raízes dessa interpretação são encontradas no pensamento colonialista persistindo com todos os avanços e problemas enfrentados pelas ex-colônias relatados aos países europeus. Assim, afirmou Doratioto:

[...] o leitor desavisado pode concluir que a história do continente não se faz ou não se pode fazer aqui, pois os países centrais tudo decidem inapelavelmente. Os latino-americanos, nessa perspectiva, deixam de ser o sujeito de sua própria história, ou, na melhor hipótese, vêm negado seu potencial de ser tal sujeito. (DORATIOTO, 1991, p. 69).

Tanto a historiografia tradicional quanto a revisionista simplificaram muito as motivações para a GP, ignorando documentos e enfraquecendo a visão crítica. Notavelmente, os autores trocaram a visão crítica por repreensão emocional e indignada. Para analisar com mais precisão as origens e o curso da Guerra, faltou à historiografia conservadora conhecimento metodológico e da literatura disponível para os/as pesquisadores/as.

Porém, a marca deixada de uma visão historiográfica revisionista sobre o conflito no Cone Sul foi notável, pois gerações de latino-americanos (principalmente brasileiros, argentinos e uruguaios) passaram a ver o passado de forma negativa, desprezando a figura da história de seu país. Essa influência ocorreu de maneira mais forte no Paraguai, onde uma versão revisionista foi assumida como a doutrina nacional oficial, especificamente após a transformação de Solano López em um herói perfeito. O historiador Francisco Doratioto discorreu sobre esse tema:

Culpar a Grã-Bretanha pelo início do conflito satisfaz, nas décadas de 1960 a 1980, a distintos interesses políticos. Para alguns, tratava-se de mostrar a possibilidade de construir na América Latina um modelo de desenvolvimento econômico não dependente, apontando como um precedente o Estado paraguaio dos López. Acabaram, porém, por negar essa possibilidade, na medida em que apresentaram a potência central - a Grã-Bretanha - como onipotente, capaz de impor e dispor de países periféricos, de modo a destruir qualquer tentativa de não-dependência. (DORATIOTO, 2022, p. 96-97).

A ser considerado sobre a historiografia revisionista de Pomer e Chiavenatto e o momento da história que foram escritas. Ambas entre as décadas de 1960 e 1980, quando parte da América do Sul estavam vivenciando ditaduras civil-militares. E uma das formas de combater essas ditaduras era destruindo suas referências históricas, os-ídolos – na Argentina, Mitre; no Brasil o Duque de Caxias – e com os mesmos suas ideologias. Por esses e outros motivos, os revisionistas fizeram publicações sobre a GP, mistificadoras de Solano López, responsabilizando o imperialismo britânico pelo conflito.

Da mesma forma que a historiografia tradicional, a revisionista teve o mesmo problema desconsiderando a participação de outros grupos que também estavam na GP. Como exemplo a participação indígena no conflito, nos dois lados da Guerra, como os Guaraní no Paraguai, os Guaraní no atual Mato Grosso do Sul e indígenas de várias regiões no Brasil. Da mesma forma com os negros escravizados ou que conquistaram a liberdade para participar do conflito.

Negar essa "história vista de baixo" significa negar outras perspectivas sobre a Guerra do Paraguai. Perspectivas possibilitando evidenciar mais de perto o ocorrido no *front*. Sendo necessário pesquisar as motivações pelas quais determinado grupo da Guerra ou até mesmo compreender quais interesses específicos provocando mais questões a serem respondidas sobre o conflito.

1.3 A historiografia neo-revisionista

Essa versão analisando a GP considerou que os conflitos ocorreram devido a disputas regionais, também pelo direito de livre navegação no rio Paraguai e provocado pelas demarcações territoriais entre os Estados nacionais, pois na segunda metade do século XIX o Paraguai buscava ser uma terceira potência, entre Brasil e Argentina na época as potências econômicas do continente sul-americano.

Em meados de 1980, surgiu no meio acadêmico essa nova vertente sobre a historiografia da chamada GP, de forma genérica conhecida como neo-revisionismo. Essa nova vertente unia várias pesquisas acadêmicas, tendo como eixo principal a GP, mas de certa forma apresentando uma característica em comum: questionando o desenvolvimento econômico do Paraguai; questionando a participação e responsabilidade dos ingleses no conflito; e por último apresentando como razão da Guerra os conflitos e interesses de cada um dos países participantes. Entre os neo-revisionistas destacando-se: Luiz Alberto Moniz Bandeira (1982), Ricardo Salles (1990), Francisco Doratioto (2022), Alfredo da Mota Menezes (1998; 2012) André Toral (2001) e Ana Paula Squinelo (2002), entre outros/as contribuindo com esses estudos.

Essa nova vertente nas análises sobre a GP buscava superar todos os paradigmas da historiografia tradicional e revisionista. Iniciando com a superação das ideias destacadas nas outras visões mais tradicionais sobre a GP. Como aquela em que o Brasil era o herói findando com a tirania de Solano López ou que o imperialismo inglês e o Capitalismo eram os grandes vilões da história do conflito.

Os neo-revisionistas dialogaram com novas áreas do conhecimento que as historiografias tradicionais e revisionistas desconsideraram. Com um novo olhar para a GP, um olhar de uma historiografia não somente vendo a Guerra pelos olhos dos chamados grandes homens, os generais, coronéis, governantes, porém de um ponto de vista das camadas sociais mais baixas, pessoas essas sentindo na pele o horror da guerra.

Para Doratioto isso ocorreu com o acesso a documentações, na época das primeiras vertentes não facilitadas por motivos políticos como uma ditadura ou por distância e falta de dinheiro para fazer as viagens para acessar algumas informações. Como referido pelo mesmo autor na “Nota à presente edição”:

Também as novas tecnologias contribuíram, no século XXI, para a produção crescente de estudos que lançam novas luzes sobre os diferentes aspectos desse conflito. A internet, que engatinhava nos anos 1990, hoje coloca à disposição do pesquisador coleções completas de jornais da época da guerra, como no caso das publicações brasileiras disponíveis no site da Biblioteca nacional do Brasil ou da importante documentação do chanceler argentino Rufino de Elizalde, encontrada no repositório digital da Universidade de Buenos Aires, para citar dois exemplos. No mundo pré-internet, o acesso a esse tipo de fonte ocupava tempo e gasto do pesquisador com traslado, hotéis, confecção de microfilmes e leitura in loco da documentação. Agora, parte dessas pesquisas pode ser feita em um computador doméstico conectado à internet. (DORATIOTO, 2022, p.18).

Inclusive o momento que esses estudos foram refeitos também influenciaram para facilitar as pesquisas. Em seu livro Doratioto escreveu que quando começou a pesquisar o conflito durante a pós-graduação, teve acesso negado para estudar a documentação do Arquivo Histórico do Itamaraty classificada como “secreta”. Tudo isso por causa do contexto vivenciado na época no Brasil, o final do período da Ditadura Civil-Militar.

O neo-revisionismo ao contrário das antigas vertentes historiográfica, busca onde antes os tradicionalistas e revisionistas não procuravam. Um ponto de vista mais baixo das camadas sociais que não eram estudadas pelas antigas vertentes, o chamado pela nova historiografia do final do século XX como uma “história vista de baixo”.

A abordagem a partir de uma “história vista de baixo” foi proposta por Jim Sharpe, explicando que os/as historiadores/as não tinham percebido ainda o potencial dessa pesquisa, por muito tempo estudando a história das elites, dos considerados “grandes homens”, como exemplo o comandante de um exército, uma batalha. Todavia, ao olhar do ponto de vista de um soldado raso, são evidenciadas outras situações ocorridas no campo de batalhas (SHARPE, 1992). E para os documentos oficiais não importando a situação do soldado raso no *front*, mas saber quem está ganhando os confrontos.

Essa mesma perspectiva de análise também foi utilizada pelo neo-revisionismo na abordagem sobre soldados participando na chamada GP, como também acerca da participação negra, de indígenas e outros que participaram e foram excluídos das

primeiras obras sobre o conflito. Por sinal esses grupos com uma participação bem marcante no confronto.

Um dos grandes exemplos a ser citado nessa nova historiografia da GP é o historiador Ricardo Salles (1990). Que nas pesquisas, realizadas incorporou e integrou não somente perspectivas e análises políticas e econômicas, mas também perspectivas e análises socioculturais, como as discussões acerca da participação negra, seja de escravizados, seja de libertos ou livres, e o processo pelo qual o elemento cívico brasileiro emergiu desse conflito. Os exércitos do Brasil, Uruguai e Paraguai tinham batalhões compostos por negros, escravizados ou não. (VAZ, 2014).

Outro historiador contribuindo para essa vertente é Rodrigo Bueno Freitas em um artigo discutindo a participação indígena na GP, tanto do lado do Brasil como do Paraguai. No artigo o autor escreveu:

Durante o conflito da Guerra do Paraguai, os índios se comprometeram em defender o Império do Brasil, quando em 1864 o território na região dos rios Apa e Blanco foi ocupado por paraguaios, terra que pertenciam aos Guaicurús, Kadiweus e Mbayás, o qual era reivindicado pelo Brasil e Paraguai. Provenientes da região do Chaco, os índios que lutaram na Guerra do Paraguai do lado brasileiro, tinham o rio como ponto de referência daquela sociedade. Os Guaranis eram um dos povos que habitavam as margens do rio Paraguai. Entre eles e os distintos habitantes do Chaco sucediam frequentemente conflitos destes povos com os demais moradores do Chaco, ainda antes da vinda dos espanhóis, no século XVI. (FREITAS, 2014, p.2)

Com as respectivas contribuições esses dois citados historiadores, evidenciaram que tantos os indígenas como os negros estavam no conflito não somente do lado brasileiro, mas também paraguaio.

Quem também marca presença no neo-revisionismo é o historiador e professor Francisco Fernando Monteoliva Doratioto. Autor de “Maldita Guerra” uma das obras de maior significância para a historiografia da GP. Onde apresentou novas perspectivas e documentações para desmistificar as antigas vertentes historiográficas enfatizando o Império brasileiro como herói ou vilão.

Em outra obra intitulada “Nova luz sobre a guerra do Paraguai” Doratioto escreveu que “[...] as origens do conflito se encontram no processo de construção e consolidação dos Estados Nacionais no Rio da Prata e não nas pressões externas dos ingleses” (DORATIOTO, 2004, p. 18-23.). Superando de vez toda aquela narrativa que teria sido o Imperialismo Inglês o responsável pela Guerra.

Essa nova vertente historiográfica conhecida como neo-revisionismo, surgiu no final de o século XX e continua sendo produtiva, até a atualidade, fazendo com que a

historiografia sobre a GP seja toda revista. Explicando de forma mais coerente os acontecimentos do conflito, com novas documentações, com a perspectivas de soldados de dentro das trincheiras, com motivações e a razão de cada um presente no conflito. Fazendo assim com que a história da GP não seja mais uma interrogação para a historiografia mundial e principalmente dos países atuais.

CAPÍTULO II

OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA E O RECRUTAMENTO FORÇADO

2.1 A imagem do soldado antes da Guerra

A imagem do soldado nem sempre foi de uma pessoa honrada, com sentimento do dever, devotada, solidária, corajosa, camarada, obediente e pontual. Essa imagem de soldado honrado vem mudar durante a Guerra do Paraguai. Durante o período colonial e partir do século XIX ser recrutado para se tornar soldado era visto como coisa para “vadios” e “desordeiros”.

Para o historiador Peter Beattie ser soldado no período colonial, era ser um homem que não havia se casado, uma vez sem dinheiro suficiente para sustentar uma família. No social, o soldado tinha a imagem associada à vagabundagem e à desordem, contrária à imagem do homem trabalhador, com uma imagem vinculada à uma pessoa honrada, casado com uma família e com posses particulares. Beattie ainda escreveu que o alojamento do chamado “praça” no Exército era espaço de luxúria, desonra e havia uma forte vinculação com a imagem de um bordel. E por último, o “praça” estava também associado ao escravizado, pois sofria castigos físicos sendo frequentemente surrado. (1996 p. 65-83).

O recrutamento para o corpo do Exército, desde o período colonial, sempre foi um processo marcado pela violência. (COELHO, 1976, p.40). Recrutar era uma forma de castigo para vadios, imigrantes, ladrões e inimigos políticos. Ser recrutado era igualmente proporcional a ser punido e a maioria da população colonial tinha aversão à vida militar. A esse respeito, escreveu o historiador Francisco Doratioto:

O serviço militar era considerado um castigo, uma degradação, quer pelos soldados do Exército serem compostos por aqueles vistos como desclassificados pela elite, quer pelas más condições de vida nos quartéis. Neles, havia punições corporais para as faltas dos soldados; a remuneração era a mesma desde 1825, quando a moeda valia o dobro em relação a 1865; a tropa recebia apenas uma refeição por dia e as acomodações nos quartéis eram péssimas. (DORATIOTO, 2022, p. 130).

Para o pesquisador Marcio Lucena Filho, foi evidente como o processo de recrutamento era marcado pela arbitrariedade, como forma de punição para ações criminosas ocorridas. O transgressor das leis, a depender do crime, poderia ser punido com o recrutamento. Para entender o discurso de guerra sobre o cidadão-patriota, é preciso entender quem é o recruta, sua condição social, seu valor.

Na Dissertação de Mestrado em História, o pesquisador Marcio Lucena apresentou alguns exemplos de casos ocorridos em Pernambuco com o uso do recrutamento como punição de crimes cometidos e como vingança por parte dos recrutadores. Alguns recrutadores por se sentirem ofendidos ou por motivos pessoais ou até mesmo políticos, terminavam recrutando pessoas para puni-las.

Como ocorreu com José Gomes de Andrade, em fevereiro de 1849. Que sobre falsa acusação de rebeldia por alguns inimigos, foi condenado a ser praça no Exército na Província de São Paulo. A esposa Isabel Francisca Alvez recorreu com uma petição para José Andrade voltar para a família. Pelas leis de recrutamento José Gomes não poderia ser preso para se tornar praça, pois o mesmo era a única fonte de sustento da família. E continuar como praça do Exército faria com que a família ficasse na miséria. Essas petições eram uma forma legal de as famílias dos recrutados para tentar isentá-las, apelando ao Presidente da Província ou ao Imperador. (LUCENA FILHO, 2000, p.39).

A partir desse caso podemos compreender como ocorria o recrutamento, como forma de punição para aqueles que transgrediram a lei. Mas, o processo de recrutamento encobria motivos arbitrários como perseguições políticas, mentiras de acusadores, como citado, ou inimizades e intrigas. Apesar do Estado Imperial se vangloriar das leis e do bom funcionamento da Justiça, casos como esses evidenciam que as leis do Império não eram cumpridas da forma como deveriam.

Muitos outros foram recrutados, como citado por Lucena, por "ofensa a rapariga". Como foi o caso de Manoel Ferreira de Brito, que seria mandado para recrutamento pela Marinha. Na petição ao Presidente da Província pediu isenção do recrutamento para reparar os danos ocorridos pelo ato de deflorar uma menor, Ana Francisca de Albuquerque. Por este motivo, foi recrutado pelo Subdelegado da Freguesia de Afogados. O recrutado desejava

reparar o dano cauzado a dita menor e restituir-lhe a sua boa reputação social, recebendo-a em matrimônio, para a tranquilidade de sua consciência gravada com a lembrança de semelhante mal, cauzado á uma infeliz innocente (LUCENA FILHO, 2000, p.40).

O Sacerdote Serafim Cipriano Virissimo dos Anjos, em 1851, afirmou que o Subdelegado, não tinha apreço por sua pessoa, teria prendido para o recrutamento o menor Joaquim José de Santana, criado do Padre Serafim. E João de Melo por quase nada foi parar na Armada. Pois, teria se recusado a tirar o chapéu para o Tenente da

Guarda Nacional Francisco Muniz de Chagas Pacheco, ofendido pelo ato, espancando João no local e mandando-lhe para a cadeia de Igarassu, de onde foi remetido para recrutamento. (LUCENA FILHO, 2000, p.42)

Portanto, no século XIX ser recruta era desonrado e muitas das vezes humilhante e punitivo. A questão foi quando que a imagem do recruta passou de uma figura marginalizada pela sociedade colonial e parte do século XIX, para de uma pessoa honrada e necessária para o Estado Imperial no início da Guerra do Paraguai. Como foi que o discurso negativo foi substituído pelo que possibilitou o voluntarismo. Segundo Lucena a possibilidade de mudanças nessa imagem teria ocorrido por meio das propagandas sobre a Guerra, com a publicidade construída sobre o conflito para fazer crescer o número de voluntários destinados à GP.

A imagem construída pela imprensa contribuiu para alavancar o voluntarismo para a Guerra. Segundo o historiador Antônio Júnior de Sousa foi a maior guerra que a América do Sul conheceu durante toda a História. A guerra de papel, por meio da imprensa, criou novas cadeias de significados, novos efeitos de verdade incentivando muitos a embarcar para as fronteiras distantes do Império. (LUCENA FILHO, 2000, p.14). Os jornais de grande circulação nas províncias transformaram a imagem do recruta vadio para a de um cidadão de bem e patriota. Atribuindo ao recruta a figura de heroísmo, valentia e bravura.

A esse respeito Marcio Lucena escreveu:

Esse discurso, que entende o recruta como cidadão, começa a frequentar as páginas dos jornais, sobretudo após a criação, pelo decreto número 3.371, dos Corpos Voluntários da Pátria, no dia 07 de janeiro de 1865. Este decreto instituiu um novo campo de significados. Funcionou, ou pelo menos tentou funcionar, como um marco que delimita uma fronteira fugidia entre o passado e o futuro. Deu o substrato necessário à construção de um novo discurso, que inventa, no calor das circunstâncias, o cidadão-patriota. (LUCENA FILHO, 2000, p.50).

A publicidade sobre a Guerra de início foi muito bem recebida pela população na Província de Pernambuco, que se mobilizou para organizar os voluntários da pátria, comemoraram as passagens significativas da Guerra e glorificaram os voluntários pernambucanos enviados para o *front*. Dessa forma ampliando a contribuição pernambucana à causa da GP.

2.2 O Corpo de Voluntários da Pátria

O Corpo de Voluntários da Pátria tinha o objetivo de impulsionar o voluntarismo, com uma série de vantagens aos novos recrutas. Em 1865, a ideia de criação do corpo

de voluntários teve uma atenção especial do Governo Imperial. Mas, somente o decreto concedendo vantagens aos voluntários não seria suficiente. Como escreveu Marcio Lucena, “precisou-se construir a imagem do patriota, valorizá-lo discursivamente, adjetivar positivamente a sua condição significá-la dentro de um projeto que o percebe como herói, bravo”. (LUCENA FILHO, 2000, p.51). A esse respeito, a mídia escrevia: “os filhos desta terra hão de querer participar da vida e da morte gloriosa, que couber em partilha aos defensores da pátria”¹

A criação do Corpo de Voluntários da Pátria serviu para reestruturar o Exército, com um efetivo maior de soldados e acabando com a fragilidade estrutural do Estado para tornar possível um recrutamento nacional em grande escala. O jornal *O Correio Paulistano* apresentou uma análise da medida do Imperador Pedro II,

O governo imperial, quer demonstrar ao mundo inteiro que o brasileiro é dotado de completo patriotismo e que não vai a guerra arrastado como recruta (...) O decreto do governo imperial, criou os corpos de voluntários da pária para auxiliar os corpos de linha durante a guerra (...) O voluntario da pátria serve só durante a guerra, tem todas as regalias, direitos e privilégios dos praças do Exército, para ser reconhecido cadete ou soldado particular, pode ser promovido a official quando distinguir-se na peleja; após a paz dá baixa independentemente de concessão do governo. Fica isento de servir no Exército e no serviço ativo da guarda nacional; é preferido, em igualdade de habilitações, para os empregos publicos; e além do soldo que percebem os voluntários, terá mais 300 rs diários e a gratificação de 300\$000 quando der baixa e um praso de terras de 22.500 braças quadradas em colônias militares ou agricolas.²

A imprensa além de propagar a notícia de criação do Corpos de Voluntários, também foi responsável por colaborar com as propagandas de incentivo para os cidadãos se voluntariarem para a Guerra e ainda exigir dos partidos mudarem as pautas políticas de interesse próprio para assuntos vinculados à Guerra. Fazendo com que esquecessem do dia a dia e focassem somente nos assuntos referentes à GP. O *Correio Paulistano*, por exemplo, informou que não havia

Dissenções patidarias que sirvam se antemuraes a fagulha electriva, que conduz para junto do governo, amigos e inimigos, indifferentes de hontem e adversarios de amanhã. (...) Porque na presente emergência todos os sentimentos de opposição se calam para dar lugar aos sentimentos de nossa nacionalidade. E assim deve ser e era de esperar do povo brasileiro. Todos os

¹ Livro de documentos sobre a Guerra do Paraguai publicado pelo Arquivo Público de São Paulo, 1997, p.138.

² Jornal do Recife. “Transcrição (Correio Paulistano): Voluntários da pátria”. Recife, .08/02/1865, p 1. <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=705110&pasta=ano%20186&pesq=%22Voluntarios%20da%20patria%22&pagfis=946> Acesso em: 17 Mar. 2023

partidos se interessam pelo glorioso triunfo de uma guerra com o estrangeiro.³

Os jornais de todo país noticiavam que o Império brasileiro tinha entrado em Guerra contra o Paraguai. De início, por causa do fervor patriótico, os Corpos de Voluntários da Pátria ao longo de todo o território, receberam vários voluntários para recrutamento. Fazendo com que segundo a historiador Leslie Bethell fossem mobilizados para a GP um contingente de 130.000 a 150.000 soldados. (BETHELL, 1995, p.23.).

Sendo muito comum em início de conflitos entre duas nações surgir um entusiasmo patriótico, por exemplo, na Guerra dos Cem Anos entre a França e a Inglaterra, na Guerra de Independência dos Estados Unidos, nas Primeira e Segunda guerras mundiais e mais recentemente o conflito entre a Rússia e a Ucrânia. Essa euforia patriótica atingiu da mesma forma os primeiros integrantes a participar da GP, não somente do lado do Brasil como também da Argentina, do Uruguai e do Paraguai.

Esse entusiasmo afetou os primeiros voluntários a irem ao conflito, várias pessoas das mais variadas camadas sociais tanto no Brasil como também no Paraguai, foram se alistar: homens, mulheres, crianças, indígenas e negros livres e não livres. Vindos de todos os cantos dos respectivos países, como a exemplo do Brasil, onde Norte, Nordeste Sul e Sudeste, deixaram as diferenças de lado e foram lutar no *front*.

O historiador e cientista político José Murilo de Carvalho no livro “A construção nacional” escreveu sobre dois exemplos notáveis acerca desse estado eufórico patriota. O primeiro, sendo Jovita Feitosa uma jovem da região Norte do país com uma vida modesta, mas, que cortou o cabelo para se parecer com um homem e se alistar e poder lutar, como alegou, contra os monstros paraguaios que tantas ofensas tinham cometido contra as irmãs brasileiras na invasão do Mato Grosso. (CARVALHO, 2012. p.109.). Jovita foi descoberta e levada para trabalhar em um hospital militar.

Outro exemplo citado por José Murilo de Carvalho, foi o de Candido da Fonseca Galvão, negro liberto, que no interior da Bahia reuniu 30 outros voluntários e se apresentou ao serviço de recrutamento militar. E segundo Candido isso foi “pelo

³ Jornal do Recife. “Transcrição (Correio Paulistano): Voluntários da pátria”. Recife, .08/02/1865, p 1. <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=705110&pasta=ano%20186&pesq=%22Voluntarios%20da%20patria%22&pagfis=946> Acesso em: 17 Mar. 2023

sacrossanto amor do patriotismo” para “defender a honra da pátria tão vilmente difamada” pelos inimigos paraguaios.

Mas, a Guerra não estava tomando o rumo desejado pelos países em conflito. Nenhum dos lados pensou que a Guerra duraria mais que dois anos. Com isso, o conflito foi se alastrando e somente os Corpos de Voluntários da Pátria não eram suficientes para repor os números de soldados no *front*. O principal motivo desse ocorrido era a redução do entusiasmo provocado pelo prolongamento da Guerra. A população estava achando o confronto durando muito tempo e isso fazendo com que boa parte da população não quisesse mais se alistar para o Exército.

2.3 O recrutamento forçado

A Guerra tinha passado do tempo previsto e não parecia que estava perto de acabar. Aquela efervescência patriótica do início do conflito havia sumido e a partir desse ponto os Corpos de Voluntários da Pátria não estavam recebendo a mesma quantidade de pessoas, como no começo da Guerra. O entusiasmo foi substituído pela insatisfação com o conflito, a população das mais variadas camadas sociais do Império e até mesmo alguns políticos estavam insatisfeitos do rumo em que o país se encontrava por causa do prolongamento da GP. A partir desse momento, 1868, o voluntariado foi substituído pelo recrutamento forçado, atingindo todas as camadas, mas, principalmente as mais pobres e os excluídos da sociedade.

Excluídos esses compostos por indígenas, escravizados, mulheres, crianças, muitos prisioneiros, mendigos, desocupados e empobrecidos alistados à força como integrantes dos Voluntários da Pátria, somente para completarem as tropas no *front*. Esse alistamento forçado não desagradou apenas quem estava sendo obrigado a participar na Guerra, mas também desagradou um representante português no Brasil.

O alistamento forçado de recrutas, escreveu o representante português no Brasil, provocava, no início de 1868, desordens mais ou menos graves, pois “ninguém quer ser soldado!”. A resistência ao alistamento era, então maior em Alagoas e no Piauí, e neste último, em mais de uma ocasião, das “escoltas” vem “arrancar os recrutas bandos de homens armados [...] nos próprios depósitos [alojamentos] têm ido soltar-los, espancando os guardas e matando, se tanto é necessário! (DORATIOTO, 2022, p.293).

Mesmo assim, as revoltas contra o recrutamento não se tornaram uma ameaça, para algumas províncias, pois as autoridades locais, em geral, dispunham de forças para frear qualquer tipo de ameaça. Fazendo assim com que a posição do governo brasileiro fosse “mais espinhosa” em relação aos acontecimentos da guerra e principalmente referentes ao recrutamento forçado, que desagradava a todos.

Em Pernambuco, por exemplo, as reações da população na Província começavam a demonstrar aversão ao recrutamento forçado, das formas mais violentas possíveis. Fazendo com que a ordem pública ficasse comprometida por três anos. As manifestações contra o recrutamento forçado ocorreram em quase todos os locais na província pernambucana. Referente a isso Marcio Lucena escreveu:

Devido a resistência ao recrutamento, a tranquilidade pública começou a ser quebrada. Cadeias invadidas, delegados e subdelegados assassinados ou sofrendo atentados a bala, recrutas sendo tomados à força por homens armados, insurreições de escravos ou planos para tal, homens prontos para emboscar escoltas de recrutas e criminosos; todos esses elementos comprometeram sobremaneira a ordem pública de Pernambuco durante os anos de 1866 a 1869. Esses dissabores foram vividos em quase todos os locais. Comarcas como a de Garanhuns, Caruaru, Brejo, Águas Belas, Flores, Ouricury, Ingazeira, Cabrobó, Olinda, Bonito, Bezerros, Itambé, Limoeiro, Nazaré, Boa Vista; sofreram tensões provocadas por problemas relacionados ao recrutamento. (LUCENA FILHO, 2000, p.102).

Com o avançar do tempo foi dificultado o preenchimento das tropas no *front*. O império teria que encontrar uma solução para a defasagem de soldados como o Exército brasileiro se encontrava. A solução foi libertar os escravizados para lutar no Paraguai. Por decreto assinado em 6 de novembro de 1866, os negros nas províncias que servissem na Guerra seriam libertados e os senhores libertando escravizados para o mesmo fim receberiam títulos de nobreza.

O aumento da demanda por escravizados provocou a elevação dos preços, e cada negro escravizado era vendido por dois contos de réis no início de 1868, quando alguns meses antes esse valor não passava de 900 mil réis. Em relatório do mesmo ano, o Presidente da Província de São Paulo afirmou que a continuação da Guerra traria consequências desastrosas à economia do Império, e era sentida a falta de mão de obra na agricultura e na indústria, além da desvalorização progressiva da moeda. (DORATIOTO, 2022, p.289).

Os escravizados também não estavam satisfeitos com a situação do recrutamento forçado. O pesquisador Marcio Lucena (2000, p.123.) apresentou exemplos de manifestações ocorridas com escravizados contra o recrutamento. Um dos exemplos ocorreu em março de 1866, na Província de Pernambuco, mas especificamente na Comarca de Pau d'Alho, onde houve uma insurreição de escravizados, sob o comando de Francisco Correia da Silva e Melo, concretizando um temor na época de uma rebelião dos escravizados contra o recrutamento forçado.

Na capital pernambucana dois escravizados chamados Carrasco e Curjáú, juntos a outros escravizados dos engenhos Cajabus, Su e Tapagi na região do Cabo,

também organizaram um plano de insurreição, como forma de protesto contra os recrutamentos forçados. Essas insurreições serviam para aumentar o clima de revolta e medo na Província de Pernambuco. Essas tensões não passaram despercebidas do Presidente da Província Francisco de Paula Silveira Lobo. Que em relatório enfatizou a grave situação como se encontrava a Província. (LUCENA FILHO, 2000, p.123).

A utilização de escravizados no Exército brasileiro foi tema de um editor de jornal paraguaio e do próprio Solano López. O jornal Cabichuí invariavelmente se referiam ao exército imperial como macacos, associando soldados negros a uma suposta covardia brasileira. Para o Cabichuí, Dom Pedro II era um grande símio ostentando a autoridade régia, e em charge publicada três dias depois, um soldado paraguaio açoitava um escravizado covarde, um negro parecido com um macaco. (DORATIOTO, 2022, p.289).

Mesmo Solano López fazendo essas acusações contra o Império brasileiro, também contava com a participação de escravizados nas tropas paraguaias. Como da mesma forma também tinha a participação de negros nas tropas argentinas. López aproveitou a situação para espalhar pelo Paraguai uma falsa notícia que se o Brasil conseguisse invadir o território paraguaio iria escravizar toda população do território para uso de mão de obra no Império brasileiro. (DORATIOTO, 2022, p.289).

Em pesquisas, o historiador Ricardo Salles sugeriu que os escravizados e libertos participantes no conflito não tenham ultrapassado 10% do conjunto das tropas. Afirmar que o Exército do Império era somente composto por escravizados, confundindo todas as pessoas brancas como livres e todos os negros como escravizados. A população ser predominantemente negra ou parda não significava que fossem escravizados, pois eram minoria em 1864. (SALLES, 1990, p.66-70). Em 1872, data do primeiro Censo no Brasil, havia 8 milhões de pessoas livres, onde 3,8 milhões eram brancas e 4,2 milhões de negros ou pardos, e escravizados somava o total de 1,5 milhão de pessoas.

Outro grupo que também foi recrutado de maneira forçada foram os indígenas. Vindos de todas as regiões do país para completar o vazio que se encontrava no Exército por falta de soldados. Muitos desses povos indígenas participaram de forma forçada ou movidos por interesses próprios, como liberdade, soldos ou conquista de direitos dos territórios invadidos por não indígenas.

Também houve o recrutamento forçado de crianças e mulheres que no exército paraguaio lutaram nas linhas de frente, por falta de contingente militar nos momentos finais da Guerra. Para evitar o avanço das tropas brasileiras na batalha de Acosta Ñu, López colocou adolescentes e crianças de 6 a 8 anos atrás das trincheiras. As crianças eram vestidas com roupas do exército paraguaio e colocavam barbas postiças para irem para a Guerra. De longe os soldados brasileiros não conseguiam distinguir se eram crianças ou adultos. Dessa forma, o Exército brasileiro foi responsável pela morte de 3500 crianças no *front*. (GARCIA, 2022, p.3).

Mães que não queriam deixar seus filhos sozinhos foram para o *front* com as crianças e auxiliavam no enfrentamento levando paus e pedras para ajudar a combater o inimigo. E por consequência também foram mortas com os filhos. O massacre durou cerca de 6 horas. Os soldados brasileiros somente perceberam que estavam lutando contra crianças ao avançar no terreno inimigo. No desespero as crianças agarravam as pernas dos soldados implorando para não serem mortas. O que não adiantou, pois os soldados receberam ordens para não poupar ninguém. (GARCIA, 2022, p.3).

Realizando uma análise de forma mais profunda sobre a participação dos diversos grupos sociais na GP, percebemos também as diversas estratégias da população para evitarem o recrutamento forçado:

As fugas para se esconder nas matas ou desaparecimento do seu local de moradia, as deserções de tropas formadas, as declarações de doenças, os casamentos até com mulheres mais velhas, homens que se vestiam de mulher, ataques de grupos armados às forças legais que traziam recrutados a força para a capital, ou ataques a cadeias do interior libertando os presos a serem enviados como soldados para a guerra, rebeliões, foram as muitas formas de resistências ao recrutamento que ameaçaram a ordem social vigente (LUCENA FILHO, 2000, p. 97-128).

O prolongamento da GP provocou danos em quase todas as áreas da sociedade imperial. Insatisfações da população por causa dos recrutamentos forçados, com várias revoltas em todo país, insurgências e assassinatos contra os recrutadores do Exército. Políticos estavam preocupados com economia do Império brasileiro de forma geral, sendo drenada pela Guerra.

Até os jornais que no início glorificavam o Império brasileiro pela entrada na Guerra e auxiliavam com propagandas de incentivo ao alistamento voluntário. Mas, perto do final ficaram contra toda aquela situação, como o jornal Opinião Liberal, argumentando que a Guerra era resultado do capricho de Pedro II, pois a população

abandonara totalmente a causa da luta. (DORATIOTO, 2022, p.292). O *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro) em 1868, noticiava a preocupação com as finanças do império com a continuidade Guerra, concluindo que o fim da luta era urgente, para tanto, sugerindo a contratação de mercenários. (DORATIOTO, 2022, p.293).

Os grandes jornais da época, antes exaltando a entrada do Império na Guerra, agora resumia o sentimento da população no Império se encontrava com o prolongamento da Guerra. Sentimentos de todas as camadas das populações como os donos de terras, comerciantes entre outros temendo uma crise financeira ou até mesmo os políticos representando as respectivas províncias receosos da crise econômica que abateria o Império com a permanência da Guerra.

Portanto, um clima de insatisfação com continuidade da Guerra estava generalizado por todo Império. O aumento das tensões sociais atingiu patamares comprometedores da ordem vigente. Essa alteração estava de certa forma vinculada ao processo de recrutamento. E isso acarretou no Brasil na diminuição drástica de envio de recrutas para a GP. Essas insatisfações das várias camadas sociais com a crise econômica, foram alguns dos motivos para impulsionar a instauração da República em 1889.

CAPÍTULO III

INDÍGENAS NA GUERRA DO PARAGUAI

3.1 Motivações para a participação de indígenas

Como visto, para suprir as necessidades com a falta de contingente no *front*, foi necessária a criação dos Corpos de Voluntários da Pátria. Mas, com o prolongamento do conflito, além de manifestações em todas as províncias do Império brasileiro, tornou-se difícil o recrutamento de novos soldados, inclusive com a resistência dos membros Guarda Nacional convocados para a Guerra (DORATIOTO, 2022).

Com a diminuição dos alistamentos, ocorreu o recrutamento forçado para enviar soldados às batalhas. Portanto, além dos Corpos de Voluntários da Pátria foi utilizada a força para a obtenção de contingente militar. Usando recrutadores arbitrários para realizaram a formação de tropas para enviar a GP. Foram recrutados a força mendigos, prisioneiros com crimes variados, escravizados fugitivos, crianças e indígenas.

A participação indígena ocorreu nos dois lados do conflito, tanto pelo Império brasileiro como também nos batalhões paraguaios. Parte do exército paraguaio era constituído de indígenas Guarani habitando as margens do rio Paraguai e o exército brasileiro no início do conflito, contava com a participação dos povos Guarani, Guaicurus, Kadiweus e Mbayás, recebendo ordens de militares do Império. Esses povos foram os responsáveis por conter o avanço da invasão no território mato-grossense até a chegada das tropas militares brasileiras. (FREITAS, 2014, p.2)

Assim como os povos Guarani, Guaicurus, Kadiweus, Mbayás e outros, também ocorreu a participação dos Terena, habitantes na região de Miranda no Mato Grosso do Sul, próxima da fronteira do território brasileiro com o Paraguai. Naquela época, em Miranda existiam 10 aldeias com cerca de 4.000, indivíduos, como registrado por Alfredo d'Escranolle Taunay, o principal cronista da Guerra e um dos primeiros etnógrafos, por assim dizer, descrevendo esses grupos na Língua Aruák. (TAUNAY, 1940, p.19-20)

A invasão paraguaia na região forçou a dispersão geográfica de muitas famílias indígenas estabelecidas no local. Uma das várias rotas de fuga foi em direção à Serra de Maracaju,

Apesar de muitas famílias terem deixado Miranda quando a região esteve dominada pelos paraguaios, entre 1864 e 1866, os antigos Guaná-Txané chegaram a impor resistência armada contra as tropas invasoras e em defesa de seus territórios. As armas utilizadas na resistência foram as que os militares brasileiros deixaram em Miranda por ocasião da rápida fuga que fizeram diante da invasão das tropas inimigas. Quase que ao mesmo tempo, os Terena deram apoio às tropas imperiais em momentos de dificuldade, como a fome enfrentada pelos soldados. Os registros mais importantes e detalhados sobre sua participação nesse conflito bélico platino seguem sendo aqueles produzidos por Taunay. (OLIVEIRA E PEREIRA, 2005, p. 5)

Com o decorrer do conflito e a necessidade de mais contingente militar para completar os batalhões para a guerra, fez necessário a utilização do recrutamento forçado, com isso, indígenas de outras regiões do Império passaram a serem recrutados ou a se voluntariar para participar da Guerra. Indígenas das regiões, Norte, Nordeste, Sul e Sudeste do país:

A participação indígena na Guerra do Paraguai também aconteceu porque a prática de recrutá-los para o serviço militar era antiga. Contudo, não se deu sem constrangimentos e coerção. Para a historiadora Vânia Moreira (2006) o recrutamento militar compulsório, ancorado no argumento do caráter “vadio” da população de origem indígena constituíram um sistema de controle do seu trabalho. Em um instigante artigo sobre o tema, Caboclistmo, vadiagem e recrutamento militar entre as populações indígenas do Espírito Santo (1822-1875), a historiadora apresentou como as populações indígenas, mestiças, de libertos, pobres em geral, compartilharam uma experiência instável de liberdade perante a lei e o costume na questão do recrutamento. (DORNELLES, 2019, p.12,13)

Esses povos indígenas que participaram da GP, tiveram motivações para estarem nos conflitos. De certa forma a participação de alguns povos ocorreu pelo recrutamento forçado, por prisões de perturbação da ordem vigente ou por disputas pelas terras com fazendeiros locais. Como descrito por Edson Silva:

É clara a truculência empregada pelos diretores das aldeias no alistamento forçado dos índios como Voluntários da Pátria. As justificativas se referem sempre à manutenção da ordem e da paz nas aldeias, a exemplo da punição para acusados ou envolvidos em assassinatos. Em 1865, o diretor parcial da aldeia de Barreiros comunicava ao presidente da Província estar enviando dez e não 15 recrutas e, diante da recusa de índios em se alistarem como “voluntários”, afirmava: “Se V. Ex^a. o determinar, mandarei recrutá-los”. (SILVA, 2007, p.48)

O recrutamento forçado não foi a única forma de participação indígena. Também ocorreu a participação voluntária de alguns povos indígenas no conflito,

como ressaltado pelo pesquisador Adauto Santos da Rocha no artigo “Recrutamentos indígenas nas Alagoas”:

Nesse contexto de disputa por indígenas, os conflitos entre as elites eram lidos e apropriados pelos indígenas como fecundas oportunidades de se ajustarem à conjuntura social, para dela tirarem proveitos. Os indígenas não eram apenas vítimas passivas nos processos políticos e sociais, como a historiografia clássica costuma rotular. (ROCHA, 2022, p.214)

Mesmo os indígenas vivenciando o processo do recrutamento forçado, buscaram garantir interesses na situação em que se encontravam no Exército. Como ocorrido em Alagoas, onde o número de deserções aumentava entre os recrutados na Província, alguns indígenas que haviam entrado no Exército por recrutamento forçado, buscaram conquistar direitos individuais e coletivos. Meses ou anos se passaram e os indígenas recrutados trabalhando no serviço militar, demonstravam confiança e obediência. Com isso de soldados rasos alcançaram novas patentes como cargos de alferes e comandantes de batalhões nas fronteiras de Pernambuco e Sergipe. (ROCHA, 2022, p. 230).

Como Antônio Salazar que com a patente de Capitão, buscou garantir direitos no Estado Imperial e não devolveu os armamentos utilizado pelos indígenas na GP, criando grupos armados entre os indígenas Wassu-Cocal, que foram utilizados para combater as investidas do poder provincial em desfazer as aldeias dos registros históricos e cartográficos. (ROCHA, 2022; ANTUNES, 1984). Em outra situação, Manoel de Lima indígena habitando na Villa de Atalaia, também em Alagoas, sendo um ótimo combatente, tendo marchado com seu batalhão em direção ao Sertão pernambucano, para lutar contra os grupos revoltosos conclamando o separatismo e a criação de um Estado-nação independente naquela região. (ROCHA, 2022, p. 231). Como recompensa de pela coragem e zelo com os quais defendia Sua Majestade imperial, foi promovido a alferes por Francisco Antônio de Santiago, Capitão-mor das Ordenanças dos Índios da Villa de Atalaia.

Portanto, mesmo a participação dos povos indígenas muitas das vezes sendo por recrutamento forçado, os nativos tinham motivações particulares para alcançarem seus objetivos, variando desde cargos militares de alta patente, a obtenção de privilégios, como também conquistar direito a terras, motivações para se empenharem e se destacarem com coragem e bravuras.

3.2 O recrutamento Indígena

O recrutamento indígena e a militarização dos aldeamentos iniciaram muito antes dos acontecimentos na GP. Esse tipo de prática foi bem comum após a invasão portuguesa ao Brasil, no final do século XVI. Os aldeamentos eram fontes de mão-de-obra e também local de onde poderia conseguir recrutas para fins militares. Assim, a militarização indígena, ocorrida desde os primeiros períodos da colonização, representou também uma fonte de demonstração de poder nas disputas locais. (SILVA, 2007, p.40)

Outro momento histórico onde o recrutamento indígena foi marcante, ocorreu em Pernambuco em 1817 durante a chamada “Revolução Pernambucana”, com considerável participação dos indígenas ao longo dos acontecimentos. Como relatado por Mariana Dantas (2018) no livro “Dimensões da participação política indígena”. Onde foi evidenciado que a participação indígena ocorreu nos dois lados do conflito: nos rebeldes, os chamados patriotas, como também pelos defensores do Rei português.

Na cidade de Garanhuns, considerada o alicerce da rebelião, os partidários do governo português organizaram-se em um regimento militar onde entre os integrantes havia participantes indígenas. O Sargento-mor da Vila de Garanhuns e Diretor dos indígenas habitando em Águas Belas, João Tenório de Albuquerque, posicionou-se ao lado dos realistas, informando estar preparado com suas tropas e com os indígenas que liderava para defender os interesses reais. (DANTAS, 2018, p.86).

Situação similar também ocorreu em Alagoas com os indígenas no povoado de Palmeira, atual município de Palmeira dos Índios. Foi ordenado a oficiais e diretores de povos indígenas na região reprimir os avanços das tropas rebeldes vindo por Atalaia e Palmeira. Seguindo ordens recebidas, os indígenas em Palmeira se preparavam para o conflito. Quando receberam outra ordem, mas proveniente de Garanhuns, onde o Capitão-mor havia se declarado patriota, ou seja, rebelde, ordenando suspender a ida dos indígenas ao conflito e ficarem esperando as tropas vindo de Sergipe e da Bahia para proteger os rebeldes.

Outro grupo indígena vivenciando a mesma experiência durante os combates da Insurreição de 1817 foi o de Cimbres, atual Pesqueira/PE. Perto do final dos conflitos, o Sargento-mor de Limoeiro fez um pedido de homens ao Capitão José Caetano, do povoamento do Brejo (atualmente Brejo da Madre de Deus/PE), para ajudá-los a se defender de tropas do governo provisório ameaçando invadir a Vila.

José Caetano encaminhou a solicitação do Sargento-mor de Limoeiro a Manuel José de Serqueira, Sargento-mor da Vila de Cimbres, que por sua vez, pediu ao Diretor da aldeia o recrutamento de 100 indígenas para participarem do conflito. (DANTAS, 2018, p.87). Mas, José Caetano tinha se aliado ao governo rebelde no Recife, e então mandou os indígenas recrutados voltarem para a aldeia de Cimbres.

Sobre o recrutamento forçado indígena, o pesquisador Amaro Hélio (2016) descreveu sobre a construção da Colônia Militar Leopoldina. Em 1850 a Colônia teria sido fundada, instalada na fronteira entre Alagoas e Pernambuco. A colônia foi criada para povoar, fiscalizar e policiar uma das regiões mais conflituosas naquela região entre as duas províncias. (ROCHA, 2022, p.215).

A Colônia Militar Leopoldina foi responsável pelo recrutamento e a militarização de vários indígenas na região, para criar um destacamento militar trabalhando a favor do Império. Fazendo assim com que o recrutamento indígena se tornasse uma prática corriqueira na Zona da Mata Norte de Alagoas.

A instalação da Colônia Militar Leopoldina instituiu os recrutamentos indígenas como práticas das atividades cotidianas na Zona da Mata Norte de Alagoas. Ao longo do tempo em que a colônia funcionou na região, o governo provincial impôs práticas de dominação por meio do recrutamento e da militarização de indígenas e outros grupos sociais subalternos, que foram utilizados como combatentes por um Estado que não atendia aos seus interesses e sequer os representava no plano sociopolítico. Desse modo, as matas historicamente reconhecidas como habitações de grupos resistentes, alcunhadas como “incultas” e inconquistáveis, foram sendo subjugadas e integradas à economia e à sociedade regional. (ROCHA, 2022, p.215)

A Colônia Militar Leopoldina existiu até o início da Guerra do Paraguai. Os povos indígenas na Província de Alagoas, incluindo os na Colônia Militar Leopoldina, formaram parte importante das linhas de frente lutando na chamada Guerra da Tríplice Aliança (GP) ao longo do conflito. As forças militarizadas atuando dentro e fora das aldeias revelam como o recrutamento forçado foi ampliado e refinado como prática institucional ao longo do século XIX.

Entre as diferentes estratégias de recrutamento de soldados, uma se destacou por sua grande desumanidade contra os indígenas. Os soldados indígenas que demonstravam grande potencial tinham uma estaca amarrada perto da coluna para manter o corpo ereto. Os braços para trás dobrados entre o quadril e a clavícula para evitar a fuga e não resistirem às tentativas de recrutamento. (ROCHA, 2022, p.215). Técnica essa chamada de “pau e corda”. Os recrutadores eram conhecidos pelas brutalidades e cumpriam o papel de prender homens, independente de idade e estado

civil, encaminhá-los para a capital do Império no Rio de Janeiro. Para logo em seguida serem enviados a GP.

Os indígenas não agiam de forma passiva diante do recrutamento forçado, como a historiografia clássica fez pensar, alguns povos indígenas encontravam meios para evitar o recrutamento. Quando a notícia que estariam chegando recrutadores nas aldeias, os indígenas se escondiam nas florestas provocando o início a uma caçada e se capturados os indígenas eram torturados até chegarem nos quartéis.

Vários métodos foram utilizados para evitar os recrutadores o mais comum entre os homens solteiros era se casar com senhoras de idade sem filhos, como as mesmas precisariam de cuidados e não tinham filhos para prestar essa devida atenção, o governo imperial não obrigavam esses homens a se alistarem. Outra forma era ser o único integrante da família a trazer renda para a casa, nessa situação o império entendia que a família passaria por dificuldades até a miséria. (FILHO, 2000).

Diálogos entre os povos indígenas em Alagoas e nas províncias vizinhas Pernambuco foram fortalecidos em vários momentos. Por exemplo, grupos indígenas na Província de Alagoas buscaram refúgio em aldeias no estado de Pernambuco, quando determinadas leis ameaçavam uma das aldeias, ou quando políticos, militares, fazendeiros e fazendeiros colocam em risco o sistema de aldeias e vice-versa. Proteger aliados indígenas em Pernambuco ou ser protegido fora dos aldeamentos alagoanos era uma prática muito importante para contornar o que os indígenas consideravam prejudicial. (ROCHA, 2022, p.231).

Como visto os recrutamentos forçados para completar os Corpos de Voluntários da Pátria, foi uma pratica muito recorrente depois do baixo no número de alistamentos voluntários, devido a perda da euforia patriótica pelo prolongamento da GP. Com isso foi necessário o uso da força para complementar o número de soldados para o *front* da Guerra. Indivíduos das camadas sócias mais baixas, como mendigos, pessoas com baixa renda, prisioneiros ou até mesmo os que eram excluídos pela população do Império como os negros, escravizados e também os indígenas foram recrutados e enviados para as batalhas.

3.3 Indígenas em Pernambuco e Alagoas na Guerra do Paraguai

A participação de indígenas no Nordeste na GP, mas especificamente em Pernambuco, foi citada por Edson Silva na Tese de Doutorado em História. E também em dois artigos sobre o tema: “‘Nós vencemos a guerra’: história, memórias e leituras

indígenas da Guerra do Paraguai” (2007) e “‘A história contada pelos que voltaram’: história e memórias indígenas no Nordeste sobre a Guerra do Paraguai” (2015). Nessas publicações foram não citados somente os indígenas de Pernambuco como também em Alagoas.

Na pesquisa do Doutorado, o autor escreveu que o povo Xukuru do Ororubá (Pesqueira e Poção/PE), vivendo em um contexto de ameaças pelos fazendeiros invasores de terras, os indígenas afirmavam os direitos aos territórios que lhe foi concedido pelo Governo Imperial, como recompensa pela participação dos antepassados na GP (SILVA, 2017). Também evidenciando que a mesma argumentação foi repetida mais de uma vez pelos referidos indígenas quando os conflitos de terras estiveram mais acirrados na região de Cimbres.

Em ambos os períodos, os Xukuru afirmaram seus direitos baseados nas memórias que seus antepassados receberam as terras como recompensa pela participação na Guerra do Paraguai, em um contexto de disputas pelas terras do oficialmente extinto Aldeamento de Cimbres/Ororubá, em fins do século XIX. Procuramos então evidenciar os nexos estabelecidos pelos índios, por meio de suas memórias orais, com o século XIX e os anos 1950/1960, e ainda em fins da década de 1980, quando ocorreu o acirramento dos conflitos nas disputas entre índios e fazendeiros pelas terras na Serra do Ororubá, após a participação dos índios nas discussões para a elaboração da Constituição de 1988, que garantiu os direitos indígenas. (SILVA, 2017, p.33)

No artigo “‘Nós vencemos a guerra’: história, memórias e leituras indígenas da Guerra do Paraguai”, publicada na revista *Clio* (UFPE) em 2007, o citado autor apresentou relatos sobre a participação do povo Xukuru na GP. Participação essa que é lembrada pelos indígenas, pela coragem e bravura dos antepassados dos indígenas no conflito, por vezes se destacando dos demais soldados não indígenas.

Um dos exemplos citado no artigo foi a história dos “30 do Ororubá”. Onde 30 indígenas da Aldeia de Brejinho teriam lutado na Batalha de Tuiuti, um dos maiores embates na GP. Quando durante os combates as tropas brasileiras tiveram a bandeira roubada pelo exército inimigo, e sob as ordens do Tenente Cel. Apolônio Peres Cavalcanti Jácome da Gama, os indígenas Xukuru do Ororubá de maneira corajosa recuperaram a bandeira de volta:

O inimigo arrebatou a bandeira do ‘30 de Voluntários’, batalhão integrado pelos nossos índios xucurus. O Comandante, Ten. Cel. Apolônio Peres Cavalcanti Jácome da Gama, em assomo de desapontamento, bradou para os seus soldados (os nossos índios) que retomassem a bandeira e pouco depois a companhia de guerra que partira no cumprimento da ordem, regressava reduzida a 10 ou 12 homens trazendo o nosso pavilhão a despeito de quase transformado em farrapos. (SILVA, 2007, p.52).

Nas narrativas orais do povo Xukuru do Ororubá foi citado que dos 30 indígenas que forma para a Guerra, morreram 12 e voltaram 18. E o objetivo de recuperar a bandeira teria sido bem sucedido. Em um desses relatos sobre os “bravos do Ororubá”, foi afirmado que os antepassados dos indígenas transportaram a Bandeira do Brasil Império, do campo de batalha até a Princesa Isabel:

E lá eles brigaram na Guerra... Aí levaram a bandeira... E pediram para eles irem buscar. Então, eles foram, eles já tinham passado... E eles chegaram na beira do rio, e eles já tinham atravessado o rio, eles entraram no mato, cortaram madeira, cortaram cipó, fizeram um barco, foram lá, cortaram tudo de facão e trouxeram a bandeira para a Princesa Isabel. (*Apud* SILVA, 2007, p.94)

Em 1865 vieram da Aldeia de Cimbres 82 indígenas para o Corpo de Voluntários da Pátria, com destino a GP. Essa passagem pelo Recife foi registrada em um dos principais jornais da capital da Província. A população recifense se encontrava emocionada com o desfile pelas ruas da capital provincial. Essa passagem rendeu aos indígenas uma homenagem em forma de um poema escrito pelo Dr. Inácio Firmo Xavier, intitulado “Aos bravos Voluntários da Pátria, de Urubá”.

Eia, bravos de Urubá
 Altaneira e ingente serra,
 Ao Paraguai ide à guerra
 Destruir Humaitá
 N’Assunção vós todos lá
 Esforçai-vos na vitória.
 Ganhando palma a glória
 Onde a esposa estremecida
 Vos contempla na memória.

Os recrutados em Cimbres, a caminho do *front*, tiveram a imagem transformada. Os antes considerados indolentes e perturbadores da ordem pública, chamados “bravos de Urubá”, aclamados antecipadamente como heróis da Pátria. (SILVA 2017, p.109)

Sobre Alagoas, no artigo Edson Silva também retratou os indígenas Wassú-Cocal, que tiveram um papel de destaque na GP. Habitando em Joaquim Gomes/AL, citam os antepassados envolvidos na disputa destacando o oficial indígena Antônio Salazar, como posição privilegiada na Guarda Nacional, com uma contribuição duradoura para o sucesso da Província ao longo da GP, ocupando o posto militar de Capitão.

Com o fim do conflito, em 1870, Salazar se recusou a devolver armas e os equipamentos de Guerra em seu poder distribuindo para os indígenas se dispondo a lutarem contra as tentativas do governo provincial de apagar as aldeias. (ANTUNES, 1984). Dessa forma garantido a continuidade do aldeamento, onde atualmente habita os indígenas Wassu Cocal, em Joaquim Gomes na fronteira entre Pernambuco e Alagoas.

Em uma, entrevista, o indígena Wassú conhecido por Seu Zeca, fez uma leitura sobre a participação do Capitão Salazar na GP:

Outra coisa que eu tô lembrado também foi a Guerra do Paraguai. Essa Guerra de Paraguais que houve daqui e de todo as aldeias, os povo índios. E esses povo de índio que foram desse Capitão Salazar, foram com outras entidades que eram guerreiros tamém. Ele voltou como capitão da Guerra do Paraguai. Ele sabia com o batalhão dele. Quando ele recuava e ele sempre dizia “ninguém vai na minha frente”. Aquela turma era sempre atrás dele. Ele só recebia aquelas pancada de bala e nenhuma atingia ele. Quando era de noite, ele juntava com o povo dele, botava aquelas erva do mato, só por causa do sangue pisado. A bala não entrava nele. Só perdeu uns guerrero porque ele soi à frente. Quando entrou na frente dela, a bala atingiu ele. Tudo que tava por trás dele nenhuma bala foi atingida (*Apud PEREIRA, 2005, p.7*).

Os indígenas Wassú o povo Xukuru do Ororubá, recorrem as memórias orais sobre a participação de antepassados na GP. Entre os Wassú, a atuação do indígena de Salazar na GP, é reafirmada para direitos as terras pelos atuais indígenas, direito esse recebido do Imperador Dom Pedro II, com quatro léguas de terra para os indígenas habitarem e cultivar lavouras. Como afirmado por outro depoimento de José Manuel de Souza indígena Wassú, onde faz uma leitura sobre o mesmo tema:

E José Manuel de Souza, apelido de ‘Seu Paulo’, com 50 anos de idade e sete filhos, confirmou: “O Capitão Salazar de Souza, o chefe dos índios de Cocal, ficou por aqui porque Dom Pedro II achou que ele podia ficar. Quando o Rei esteve em perigo, juntamente com o Marechal Deodoro da Fonseca, chamou ele os índios a atenção para ir a Guerra Salazar pegou a fita de Capitão e foi para a brigada lutar na Guerra do Paraguai. Foram 14 índios para a Guerra do Paraguai e duas mulheres. Uma das mulheres Chamava-se Puco-Puco e a outra Lambu. Tem esses nomes porque índio antigamente não tinha nome certo. Eles tinham nome de bicho do mato. Morreu na Guerra somente um índio.” (*Apud ANTUNES, 1985, p.10*).

Uma significativa contribuição para esse tema também foi a pesquisa realizada por Sarah Valle, evidenciando os conflitos provocados pelo recrutamento forçado nos territórios indígenas Pernambuco. Para a referida autora, entre as várias formas de violências no recrutamento forçado era uma pratica ocorrendo com uma certa frequência nos aldeamentos sobre a tutela do estado. Como citado, os recrutadores, delegados, policias, juizes entre outros exercendo alguma forma de poder na época não agiam de maneira parcial, principalmente quando se tratava de povos indigena. O

mesmo em relação aos Diretores Parciais das Aldeias agindo como se fossem os donos dos indígenas. Fazendo como que os indígenas se alistassem forçadamente como Voluntários da Pátria ou a realizarem trabalhos particulares entre outros de serviços.

A justificativa foi sempre manter a ordem e a paz nas aldeias, como punir os acusados ou envolvidos em assassinatos. Como em 1865, quando o Diretor Parcial da Aldeia de Barreiros informou ao Presidente da Província que enviaria 10 em vez de 15 recrutas, e perante a recusa dos indígenas em servirem como "voluntários", disse: "Se V. Ex^a. o determinar, mandarei recrutá-los".¹

Como citado anteriormente 82 indígenas saíram da aldeia de Cimbres para serem enviados para a GP. Mas, segundo Valle em janeiro de 1866, o Diretor Geral comentou para o Presidente da Província de um pedido vindo de um indígena para a dispensa dos filhos. E por causa da necessidade de soldados foram alistados a força como Voluntários da Pátria. Dessa forma, recrutamento que parecia uma ação tranquila, era uma demonstração de abuso de poderes pelos Diretores Gerais dos Índios.

Em artigo Edson Silva evidenciou a arbitrariedade ocorrendo também na Aldeia do Brejo dos Padres,

O recurso às autoridades contra as arbitrariedades do recrutamento forçado foi uma das formas de protesto usadas pelos indígenas. Nesse sentido, o Maioral da Aldeia do Brejo dos Padres, Félix Vieira da Graça, em 1868 encaminhou um requerimento ao Presidente da Província pedindo a libertação dos índios Manoel Luís de França e Antônio Bispo José da Silva, que, estando na cidade de Tacaratu "a serviço da aldeia", foram presos para serem recrutados. (SILVA, 2006, p.213).

Outro estudo tratando da participação dos indígenas na GP foi publicado por Aduino Rocha, discutindo o recrutamento forçado de indígenas ocorrido antes dos eventos da GP, desde o período da Revolução Pernambucana de 1817. Quando os indígenas em Alagoas foram recrutados para conter o movimento de caráter separatista e republicano manifestando a insatisfação local do controle de Portugal sobre a região e com as desigualdades sociais existentes (ROCHA, 2022).

Durante o período da GP, entre 1864 e 1870, vários grupos indígenas na região Nordeste do Império, e não foi diferente como os indígenas na Colônia Militar Leopoldina situada entre Alagoas e Pernambuco, foram recrutados para completar os

¹ Ofício do Diretor da Aldeia de Barreiros, em 9/4/1865, ao Pres. da Província. APE, Cód. DII-19, fl. 86.

grupos de combatentes destinados ao *front* da Guerra. Como descrito por Adauto Rocha:

O período de atuação das forças provinciais por intermédio da Colônia abarcou a metade da duração da chamada Guerra do Paraguai, conflito armado ocorrido entre 1864 e 1870. Os indígenas da Província das Alagoas, incluindo os da Colônia Militar Leopoldina, compuseram partes significantes nas linhas de frente que combateram pela chamada Tríplice Aliança ao longo do conflito. (ROCHA, 2022, p.215).

Evidenciando assim a importância da participação indígena na GP, não restrita aos povos que citados no início da Guerra habitando na fronteira do Paraguai com o então Mato Grosso. Porém, também com a significativa participação de indígenas habitando a região nordeste do Império brasileiro, que vivenciaram os recrutamentos forçados e castigos físicos por fugas, mas também se voluntariaram para ir à Guerra, buscando benefícios e garantia de direitos as terras invadidas por latifundiários. Essa participação na GP garantiu a continuidade dos indígenas nos territórios atualmente habitados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Guerra do Paraguai, 1864 -1870, provocou sérios impactos para os países envolvidos. No Brasil, apesar da vitória na Guerra, custou a queda do Império. Para Joaquim Nabuco “ela foi ao mesmo tempo apogeu e queda do Império”.¹ O conflito gerou muitos gastos para a economia Imperial. É isso constituiu parte do motivo para os militares articularem o golpe militar para a Proclamação da República em 1889, encerrando o período monárquico brasileiro.

A historiografia da GP vivenciou três fases distintas e cada uma marcada por características próprias. A primeira e fase memorialista, onde todas as narrativas sobre o conflito, são os relatos a partir de memórias de oficiais de alta patentes, ou seja, uma historiografia tradicional positivista sobre a GP. Dessa forma uma história excludente, deixando invisibilizados grupos atuantes na Guerra, como os indígenas, negros entre outros. Outra situação descrita nessa fase culpou o início do conflito exclusivamente ao Paraguai, que teria roubado o navio Marques de Olinda e invadido o Mato Grosso.

A segunda fase, o revisionismo ainda mantendo a valorização das histórias das elites. Mas, com uma mudança significativa quanto ao culpado do início do conflito, fazendo da Inglaterra a maior responsável do das causas pelas motivações da Guerra. A problemática dessa abordagem historiográfica foi desconsiderar o protagonismo dos países latino americanos e culpando a Inglaterra por ter influenciado os países participantes a entrar em conflito entre si.

A terceira fase, a neo-revisionista, faz uma releitura do ocorrido na GP em várias óticas diferentes das fases anteriores. Começando pela motivação do início do conflito, discutindo o controle territorial e hegemônico da economia da Bacia da Prata por cada país participante do Conflito. Outra mudança ocorrida foi a utilização de vários outros relatos e documentos de pessoas das mais diversas camadas sociais, como narrativas das participações de indígenas, negros, mulheres, crianças entre outros.

Procuramos discutir também como funcionava o Corpo de Voluntários da Pátria e como ocorreu a mudança do voluntariado para o recrutamento forçado. Pois, no

¹Costa, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles**: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo: Editoras Hucitec e Unicamp, 1995. p 150.

início do conflito, muitos soldados se alistavam de forma voluntária, por acharem que a Guerra aconteceria de forma rápida e sem maiores prejuízos para os brasileiros do Império. Mas, a GP foi se prolongando e o fervor patriótico foi diminuindo, fazendo assim com que ninguém mais se voluntariassem para participar do conflito. Com isso o voluntariado foi substituído pelo recrutamento forçado de formas bastantes violentas e imparciais por parte dos recrutadores.

Outro discursão foi sobre a participação indígena na GP. Destacando a participação dos povos indígena no conflito. Povos esses atuantes e marcaram a história do conflito com atos heroicos reconhecidos. Muitos desses povos foram forçados a participar do conflito para completar contingentes ou participaram de forma voluntária, visando interesses próprios, como o direito a terra ou a liberdade.

Também foi evidenciada a participação dos povos indígenas em Pernambuco e Alagoas no conflito. Pernambuco com a participação dos povos Xukuru, Fulni-ô, entre outros e em Alagoas os Kariri-Xocó e os Wassu-Cocal. Onde em momentos de disputas de terras com fazendeiros locais, os indígenas retomaram as narrativas das memórias sobre o conflito, para reafirmar o direito a terras conquistado pelos antepassados por participação na GP.

Para os povos indígenas a participação no conflito significou reconhecimento dos esforços empreendido na GP. Esforços esses com objetivos de ganharem prestígios militares ou reaver o direito das tão preciosas terras, como é referenciado de forma mais explícita na fala do Vice Cacique Xukuru:

Olhe a dádiva que da Guerra foi oferecido, dinheiro e ouro. Só que, para os índios, dinheiro e ouro não eram interessantes, interessante era a terra. Aí eles disseram que ao invés de ouro eles queriam uma coisa que nunca se acabasse, que era a terra que estava na mão de algumas pessoas que não deixavam eles trabalhar. Então, eles queriam a terra para eles viverem, os filhos dos filhos deles. Isso aí foi o pagamento que eles receberam, que eles pediram.²

Portanto, a historiografia neo-revisionista contribuiu de forma decisiva para a reconstrução da história da GP. Apresentando novas perspectivas sobre os acontecimentos no conflito, perspectivas essas esquecidas pela historiografia tradicional e revisionista. Essas novas abordagens historiográficas possibilitaram um estudo mais aprofundado sobre como ocorreu o recrutamento forçado da população das mais diversas camadas sociais. Sendo evidenciado que em muitas vezes, a

² José Barbosa dos Santos, 55 anos, conhecido por “Zé de Santa”. Aldeia Santana, terra Xukuru, 30 mar. 2002. Grifo nosso.

participação de ocorreu de forma arbitrária e violenta para completar os números de soldados no *front*. As novas abordagens também contribuíram para visibilidade dos povos indígenas. Ressaltando como os indígenas foram atuantes em todos os momentos da Guerra, de forma obrigatória com o recrutamento forçado ou participando de forma voluntária visando interesses próprios, como a garantia das terras habitadas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria R. C. de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- ANTUNES, Clóvis. **Índios de Alagoas**: documentário. Maceió: Imprensa Universitária, 1984.
- ANTUNES, Clóvis. **Tribo Wassú: os caboclos do Cocal**. Maceió, 1985. Texto não publicado.
- BANDEIRA, Muniz. **O Expansionismo Brasileiro e a Formação dos Estados na Bacia do Prata**. Brasília, UNB-Revan, 1998
- BEATTIE, Peter. **Modern masculinity and sodomy in the Brazilian Military, 1860-1916**. New York University Press. New York. 1996. pp. 65-83.
- BETTHEL, Leslie. **A Guerra do Paraguai**: 130 anos depois do conflito. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995
- BOX, Pelhan Pedro. **The origins of the Paraguayan War**, 2 vols., Urbana, Illinois, 1927.
- CARDOSZO, Efraim. **Paraguay independiente**, Barcelona, 1949.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Construção Nacional 1830-1889, v.2**. História do Brasil Nação: 1808-2010. Direção Lilia Mortiz Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- CARVALHO, Marcus. **Clientelismo e contestação**: o envolvimento dos índios de Pernambuco nas brigas de brancos da época da Independência. In: AZEVEDO, Francisca L. N. de; MONTEIRO, John M. (Orgs.). **Confronto de culturas**: conquista, resistência, transformação. São Paulo: Edusp, 1997, p. 329-342.
- CANCOGNI, Manlio; BORIS, Ivan. Solano López. **O Napoleão do Prata**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.
- CHIAVENATTO, Julio José. **Genocídio Americano**: a guerra do Paraguai. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- COELHO, Edmundo Campos. **O Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- COSTA, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles**: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo: Editoras Hucitec e Unicamp, 1995.

DANTAS, Mariana Albuquerque. **Dimensões da participação política indígena: Estado nacional e revoltas em Pernambuco e Alagoas, 1817-1848**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. **Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: A presença feminina na Guerra do Paraguai**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Cia. das Letras, 2022.

DORATIOTO, Francisco. **A Guerra do Paraguai: 2ª Visão**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. **Nova luz sobre a guerra do Paraguai**. Revista Nossa História, Rio de Janeiro, ano 2, n. 13, 2004, p. 18-23

DORNELLES, Soraia Sales. **A questão indígena e o Império: índios, terra, trabalho e violência na província paulista, 1845-1891**. 2017. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

DORNELLES, Soraia Sales. O Capitão Terena José Pedro de Souza e sua reivindicação perante o Estado brasileiro. **Acervo**, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 34, n. 2, p. 1-18, maio/ago. 2019.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. **Mulheres na Guerra do Paraguai**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

FRAGOSO, Augusto Tasso. **História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**. 5 vols., Rio de Janeiro, 1934.

FREITAS, Rodrigo Bueno. **Guerra do Paraguai: militares esquecidos soldados indígenas a questão social de abandono no pós-Guerra**. 2014. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/historia-geral/guerra-paraguai-militares-esquecidos-soldados-indigenas.htm> Acesso: 20 jan. 2023.

GARCIA, Maria Fernanda. **Vergonha histórica: Brasil massacrou mulheres e crianças paraguaias** S/d. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/vergonha-historica-brasil-massacrou-mulheres-e-criancas-paraguaias/> Acesso: 20 dez. 2022.

IMBIRIBA, Mário Fernandes, Cap. Virtudes militares. in: **Breviário de instrução moral e cívica do soldado**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1940, p.78/101.

LEITE, Gisele. Historiografia da Guerra do Paraguai: muitas versões S/d. Disponível em: <https://www.jornaljurid.com.br/colunas/gisele-leite/historiografia1-da-guerra-do-paraguai-muitas-versoes> Acesso em 20 jan. 2023.

LUCENA FILHO, Márcio. **Pernambuco e a Guerra do Paraguai**: o recrutamento e os limites da ordem. Recife, 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco.

MAESTRI, Mário. A Guerra Contra o Paraguai: História e historiografia: da instauração à restauração historiográfica. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/55579> Acesso em: 27 jan. 2023.

MAESTRI, Mário. A Intervenção do Brasil no Uruguai e a Guerra do Paraguai: A Missão Saraiva. Disponível em: <http://www.historiamilitar.com.br/wp-content/uploads/2017/08/RBHM-V-13.pdf> Acesso em: 28 jan. 2023.

MARQUES, Adriana Vargas. Um exército invisível: a participação de indígenas na guerra contra o Paraguai. **Revista Urutágua - revista acadêmica multidisciplinar**, nº 10, Ago./Set./Out./Nov. 2006, p.1-7.

MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães. **A Guerra do Paraguai 130 anos depois**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de; PEREIRA, Levi Marques. “Duas no pé e uma na bunda”: da participação terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança. À luta pela ampliação dos limites da terra indígena buriti. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

ORTOLAN, Fernando Lóris. Imagens do feminino na Guerra do Paraguai. **MÉTIS: história & cultura**, v 5, n. 9, p. 83 – 95, jan./jun. 2006.

PEREIRA, Flávia Ruas Fernandes. **Os Wassú Cocal**: um estudo de caso sobre a (re)construção de identidade coletivas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ‘INCLUSÃO SOCIAL E AS PERSPECTIVAS PÓS-ESTRUTURALISTAS DE ANÁLISE SOCIAL’, 2005, Recife. Texto apresentado no GT4 – Etnicidade, Produção da Diversidade e Contenção da Diferença nas Sociedades Contemporâneas.

POMER, Leon. A guerra do Paraguai, a grande tragédia rioplatense. São Paulo: Global, 1980. p. 21

ROCHA, Adauto S. da. Recrutamentos indígenas nas Alagoas: da Capitania independente à extinção oficial dos aldeamentos (1817-1872). **Outros Tempos**, v. 19, n. 34, p. 208–240, 2022.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai**: memórias & imagens. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2003

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai**: escravidão e cidadania na formação do exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992, p. 39-62.

SILVA, Amaro Hélio Leite da. **Colônia Militar Leopoldina**: “das matas incultas” às “matas civilizadas” (1851-1867). 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SILVA, Edson. “A história contada pelos que voltaram”: História e memórias indígenas no Nordeste sobre a Guerra do Paraguai. **Diálogos** (Maringá), v. 19, p. 1043-1063, 2015.

SILVA, Edson. “Nós vencemos a Guerra!” História, memórias e leituras indígenas da Guerra do Paraguai. **Clio** (UFPE), v. 25, p. 39-65, 2007.

SILVA, Edson. Índios organizados, mobilizados e atuantes: história indígena em Pernambuco nos documentos do arquivo público. **Revista de Estudos e Pesquisas** (Fundação Nacional do Índio), v. 3 1/2, p. 173-224, 2006.

SILVA, Edson. **Xukuru: memórias e História dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988**. 2.ed. Recife: Editora da UFPE, 2017.

SILVA, Wandoberto Francisco da. **Guerreiros do mar**: recrutamento e resistência de crianças em Pernambuco (1857-1870). Recife: UFRPE, 2013. (Dissertação Mestrado em História)

SILVEIRA, Mauro C. **A batalha de papel**: a Guerra do Paraguai através da caricatura. Porto Alegre: L&PM, 1996

SOARES, Álvaro Teixeira. **Diplomacia do Império no Rio da Prata**, Rio de Janeiro, 1955.

SOUSA, Antônio Júnior. Guerra do Paraguai. In O Brasil monárquico. Tomo II, Vol. 4. São Paulo. Difel. P 299.

SPALDING, Walter. **A invasão paraguaia no Brasil**, São Paulo, 1940.

SQUINELO, A. P. A Guerra do Paraguai em novos campos de batalha. *Fronteiras (Campo Grande)*, Campo Grande-MS, v. 4/5, p. 77-96, 2001.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle, Visconde Taunay. **Diário do Exército, campanha do Paraguai, 1869–1870**: Comando-em-chefe de S. A. o Sr. Marechal de Exército Conde d'Eu. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. **Recordações de Guerra e de viagem**. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2008.

TORAL, André. **Imagens em desordem**: a iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870). São Paulo: Humanitas, 2001.

VALLE, Sarah M. **A perpetuação da conquista**: a destruição das aldeias indígenas em Pernambuco no século XIX. Recife: UFPE, 1992. (Dissertação de Mestrado).

VAZ, Braz Batista. **Guerra do Paraguai**: leituras indispensáveis. (Bibliografia Comentada). In: *Café História*. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/guerra-do-paraguai/> Acesso em: 19 fev. 2023.